

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM DESENVOLVIMENTO RURAL -  
PLAGEDER**

**EDUARDO DUTRA FAGUNDES**

**PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO  
AGROPECUÁRIA DE NOVA SANTA RITA-COOPAN, RS**

**PICADA CAFÉ  
2013**

**EDUARDO DUTRA FAGUNDES**

**PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO  
AGROPECUARIA NOVA SANTA RITA – COOPAN, RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MarliseAmaliaReinehr Dal Forno

Coorientadora: TutoraDr<sup>a</sup>. Márcia dos Santos RamosBerreta

**PICADA CAFÉ  
2013**

**EDUARDO DUTRA FAGUNDES**

**PROCESSOS PARTICIPATIVOS NA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO  
AGROPECUARIA NOVA SANTA RITA –COOPAN, RS**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológica em Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Desenvolvimento Rural.

Aprovado com Conceito (\_\_\_\_\_)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. MarliseAmaliaReinehr Dal Forno  
Orientadora  
UFRGS

---

Prof(a). \*\*\*\*\*  
UFRGS

---

Prof(a). Dr(a). \*\*\*\*\*  
UFRGS

Cidade local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estudar no curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o qual se enquadra numa política pública de democratização do acesso ao ensino superior integrante do programa Universidade Aberta do Brasil.

Agradeço também aos professores e tutores, em especial a tutora Sandra pela ajuda e engajamento durante toda esta caminhada. Também quero fazer referência à ótima estrutura disponibilizada pelo Polo Universitário de Picada Café.

Agradeço a minha família, em especial minha esposa Cristina e minha filha Isabela, por toda ajuda e compreensão durante o período que cursei o PLAGEDER.

Também agradeço ao apoio das professoras Marlise Dal Forno e Márcia Berreta que se mostraram empenhadas em contribuir com o trabalho.

Para finalizar agradeço aos dirigentes e cooperados da COOPAN pelo aceite de contribuir com a proposta de estudo.

Passam às mãos da minha geração  
Heranças feitas de fortunas rotas  
Campos desertos que não geram pão  
Onde a ganância anda de rédeas soltas

Se for preciso, eu volto a ser caudilho  
Por essa pampa que ficou pra trás  
Porque eu não quero deixar pro meu filho  
A pampa pobre que herdei de meu pai

*Compositor: Gaúcho Da Fronteira/Vainê Darde*

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Localização do Assentamento Capela no Município de Nova Santa Rita, RS .....	25
Figura 2 - Mapa das Regiões do Estado do Rio Grande do Sul.....	26
Figura 3 - Estradas de Acesso a COOPAN.....	27
Figura 4 - Organização por Grupos no Assentamento Capela.....	29
Figura 5 - Selo Nacional de Certificação de Produto Orgânico .....	30
Figura 6 - Embalagem do Arroz Orgânico utilizada pela COOPAN.....	31

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Síntese das entrevistas por categoria .....	33
---	----

## RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre os processos participativos de decisão dos produtores rurais, provenientes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Cooperativa de Produtores Agropecuários em Nova Santa Rita (COOPAN). A luta pela terra no Brasil é um processo histórico que tem presença desde o momento do descobrimento reivindicado pela Coroa Portuguesa e durante os séculos passou por inúmeras adaptações e momentos de baixas e altas mobilizações sociais. Apresentar os processos participativos de decisão dentro da COOPAN foi um dos elementos centrais da pesquisa, assim como apresentar um pouco da história de luta destas famílias pela reforma agrária. Enquanto metodologia buscou-se referências bibliográficas sobre o tema, bem como a aplicação de uma pesquisa com alguns integrantes da cooperativa. Os resultados provenientes desta pesquisa foram organizados a fim de subsidiar uma análise sobre o que pensam os cooperados sobre a participação dos mesmos na cooperativa e as formas de participação da mesma. Conclui-se que os processos de participação na COOPAN são importantes e decisivos na condução da Cooperativa e que a participação dos seus integrantes é reconhecida e cobrada entre os cooperados, a fim de compartilhar as decisões e manter a unidade interna.

**Palavras-chaves:** MST. Participação. COOPAN.

## ABSTRACT

This paper presents a study on participatory decision-making processes of farmers, from the Movement of Landless Rural Workers (MST), the Cooperative Agricultural Producers in Nova Santa Rita (COOPAN). The struggle for land in Brazil is a historical process that is present from the moment of its discovery by the Portuguese Crown claimed over the centuries and has undergone numerous adaptations and times of high and low social mobilizations. Present the participatory processes of decision within the COOPAN was a central element of the research, as well as presenting some of the history of these families struggle for agrarian reform. As a methodology, we sought bibliography on the topic, as well as the application of a survey of some members of the cooperative. The results from this research were organized in order to subsidize one analyzes about what they think the cooperative on their participation in the cooperative and the forms of participation in the same. It is concluded that the processes of participation in COOPAN are important and decisive in driving the Cooperative and the participation of its members is recognized and charged between members, to share decisions and keep the drive inside.

**Keywords:** MST. Participation. COOPAN.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
2.1 Pesquisa Bibliografica.....	13
2.2 Entrevistas.....	14
<b>3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL .....</b>	<b>16</b>
3.1 Breve histórico da Participação Popular no país.....	19
3.2 A Luta pela terra e a questão agrária no Brasil.....	22
<b>4. ASSENTAMENTO CAPELA.....</b>	<b>25</b>
4.1 A Cooperativa de Produção Agropecuaria Nova Santa Rita.....	29
<b>5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>32</b>
5.1 Participação na COOPAN.....	37
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>42</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso a cerca do processo participativo relacionado às decisões e as discussões dos agricultores familiares que ocorrem dentro da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN).

A COOPAN foi iniciada em 04 de maio de 1994, com registro na Junta Comercial do Rio Grande do Sul em 30 de julho de 1995, por agricultores originários do norte do Estado no início da década de 1990, no Assentamento Capela (LANNER, 2011).

O Assentamento localiza-se no Município de Nova Santa Rita, distante a cerca de 30 km de Porto Alegre, e foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/RS). Atualmente é formado por um grupo de famílias que moram na agrovila, onde se situa a sede da Cooperativa, e, no seu entorno, os estabelecimentos de produção e industrialização de suínos e o engenho de arroz.

Desde a luta pela terra até a instalação de uma cooperativa há uma longa caminhada, e um dos nossos objetivos será o de buscar informações e elementos para ilustrar toda esta história.

São muitas as formas de organizações da sociedade civil e as possibilidades de participação. Uma das mais frequentes é o associativismo, forma organizada de ações coletivas, criada pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns. Outra forma de organização é o cooperativismo.

O cooperativismo é um sistema econômico e social que tem como base as cooperativas. É uma forma de se organizar por meio da união de pessoas, com objetivo de unir forças para atingir desenvolvimento financeiro, econômico e social por intermédio de uma gestão democrática e participativa (INSTITUTO ECOLÓGICA, 2007).

O principal objetivo de uma cooperativa agrícola é comercializar a produção dos seus membros, permitindo que seus cooperados gerem renda e

possam reinvestir parte desses benefícios para o bem comum do grupo. Além de lutar por benefícios, os agricultores podem através de uma cooperativa conseguir também financiamento pelas políticas públicas destinadas a produção agrícola.

Araújo (1982) destaca a importância do cooperativismo como um movimento viabilizador de um tipo de participação social, isto é, a possibilidade de ensejar uma participação mais efetiva, muito mais equânime de diferentes grupos no processo de decisão. Portanto, quando se trata de cooperativas a democracia é um dos princípios que a torna peculiar, pois é uma das condições presentes que favorecem o processo de participação. Contudo, cabe-se questionar como a relação democracia e cooperativa é desenvolvida dentro da COOPAN e em que medida a cooperativa proporcionade fato a participação efetiva dos seus produtores associados nos processos de decisão.

A motivação para a escolha deste tema foi uma relação pessoal que o pesquisador, que naquela época tinha 11 anos, teve com o grupo de pessoas que em 1993 passou em marcha por suacidade, São Sebastião do Caí, empunhando bandeiras vermelhas de luta pela terra. Filho de uma família que historicamente apoiava as causas populares e tinha no pai, Santos Fagundes, um militante filiado ao Partido dos Trabalhadores. Uma marcha como aquela representava para a sociedade caiense um efeito de contestação para com a realidade vivida no cotidiano por aquela população.

Neste momento histórico, a lembrança dos militantes do Partido dos Trabalhadores caiense organizando alimentos para fornecer para aquelas pessoas acampados em frente à Praça da Matriz no coração de São Sebastião do Cai e a cena da marcha daqueles homens, mulheres e crianças o marcaram muito. Depois de muitos anos, em outras esferas sociais, voltou-se a ter uma relação direta com aquele mesmo grupo, que agora, assentado e passados anos, conduz a COOPAN.

O Brasil é um País símbolo da luta pela reforma agrária. Movimentos sociais organizados por camponeses são reconhecidos mundialmente. A COOPAN é fruto desta luta e por isso merece ser analisada enquanto objeto de pesquisa. Além disso, a Cooperativa possui inúmeros elementos que a tornam símbolo de luta e de um projeto, pois as características da sua formação, bem como o grupo social ao qual o mesmo originou, são reconhecidas como símbolos de agricultores que se organizaram, lutaram e conseguiram sua terra e tirar dela a sobrevivência.

Uma característica específica desta Cooperativa são as áreas de terras utilizadas para produção, que no caso específico do estudo são propriedades coletivas, assim como todos os equipamentos.

A COOPAN também possui um desafio constante, que é compreender como funcionam os processos de decisão participativos e este será um dos objetivos centrais desta monografia.

Os processos de decisão participativas na sociedade são conhecidos há anos, porém, há inúmeros instrumentos e formas do mesmo se apresentar e ser apresentado. Assim, dependendo do método utilizado para constituir este processo participativo, terão desdobramentos nos seus objetivos e conseqüentemente nos seus resultados e o presente estudo pesquisou as formas e meios utilizados na COOPAN.

O grande envolvimento do trabalho e seu enriquecimento se dão no momento que inúmeros conceitos são colocados alinhados em constantes conflitos, e podem ser analisados como sendo receptores de propostas surgidas dentro de um modelo produtivo como o que o trabalho buscará apresentar no caso da COOPAN.

Finalmente, cabe destacar que o conceito de participação possui inúmeras compreensões, análises e interpretações. Portanto, desenvolver esta temática é um desafio, pois envolvem muitos elementos que trabalham sistemicamente e formam diversas variáveis e um debate profundo e complexo.

O presente trabalho será apresentado partindo de organização em capítulos, que são: Metodologia, Referencial Teórico-Conceitual, Histórico de Lutas, Processos Participativos na Cooperativa e Conclusão.

O capítulo intitulado Metodologia abordará os meios e métodos que serão utilizados durante a pesquisa para se conseguir os dados, informações e organizá-los de forma clara ajudando na argumentação final e na proposta apresentada.

O Referencial Teórico-Conceitual apresentará uma série de conceitos sobre o tema central que é a Participação, abordando formas, interpretações de autores sobre o tema. Posteriormente a mesma conceituação entrará na análise sobre a participação ligada aos movimentos sociais, chegando-se ao micro debate específico que é a participação dentro de cooperativas.

Já o capítulo de Histórico, desenvolverá uma análise dos processos históricos de quatro objetos específicos que na verdade formam a conjuntura em estudo que são: Reforma Agrária, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Assentamento Capela em Nova Santa Rita e por fim, a COOPAN.

Entender os processos históricos e sua interligação na formação de uma conjuntura é fundamental para se dimensionar e entender como ocorrem os fatos.

O processo de participação na Cooperativa, também mereceu um capítulo a parte, uma vez que o mesmo ocorre com características exclusivas e adaptadas à realidade da Cooperativa. Além disso, a participação na Cooperativa buscará descrever os instrumentos disponíveis dentro dela utilizados para promover a participação dos cooperados.

As análises e interpretações do questionário também serão apresentadas neste capítulo a fim de qualificar a argumentação.

O capítulo de fechamento da pesquisa será a Conclusão responsável por apreciar os resultados e também construir uma análise final do conjunto do trabalho e tecer considerações sobre a presente pesquisa.

## **2. METODOLOGIA**

A construção de uma monografia parte de uma boa proposta de abordagem e operacionalização da sua metodologia científica, que terá a função de conduzir todo o processo de pesquisa, sempre se orientando pelos seus objetivos e conseqüentemente construindo uma análise sobre os resultados obtidos.

Segundo Pinto (2010) o método científico é um dispositivo ordenado, um conjunto de procedimentos sistemáticos que o pesquisador emprega para obter o conhecimento adequado do problema que se propõe resolver. Para Tartuce (2006) o método científico é a forma mais segura, inventada pelo homem, para controlar o movimento das coisas que cerceiam um fato e montar formas de compreensão adequada dos fenômenos.

Para este estudo, foram escolhidos, conforme os objetivos propostos, duas técnicas para coletar os dados, quais são: pesquisa bibliográfica e entrevistas utilizando um roteiro previamente elaborado.

### **2.1 Pesquisa bibliográfica**

A escolha das bibliografias utilizadas seguiu um método de busca, partindo de algumas áreas temáticas de conhecimento diretamente relacionadas com o estudo que são: desenvolvimento rural, cooperativismo, assentamentos rurais, questões agrárias no Brasil e agricultura familiar.

A metodologia implantada no trabalho, parte do global e vai em direção a um caso específico, por isso, é necessário estabelecer um diálogo com os agentes que fizeram e fazem parte do processo e ajudaram na construção do objeto que será estudado, pois são estes os protagonistas e detentores da boa parte da história que não foi escrita e não está registrada.

Durante a pesquisa bibliográfica, também foram desenvolvidas análises e reflexões sobre dois grandes conceitos-chaves: Cooperativismo e Participação.

Além da bibliográfica foi realizada uma verificação de materiais em meios digitais, como na internet a fim de buscar informações que complementem as referências bibliográficas, como artigos sobre o tema, relatórios institucionais de órgão que possuam relação direta e também fontes governamentais que possuem dados e informações importantes.

## **2.2 Entrevistas**

Para as entrevistas foi elaborado um roteiro composto de 14 perguntas, divididos em duas fases, o qual segue no Apêndice 1 deste trabalho.

A primeira fase da entrevista apresentava uma série composta por cinco perguntas, com o objetivo de identificar e construir um perfil das pessoas que estão participando da pesquisa.

A segunda parte do roteiro se destina a colher compreensões, visões e entendimentos dos participantes de como percebem e entendem o processo de participação nas decisões da Cooperativa a qual estão ligados enquanto cooperados.

Para a amostra, foram selecionadas onze pessoas, sendo que três são integrantes na condição de direção da Cooperativa e sete de agricultores cooperados que não estão ocupando funções de direção.

Dentro desta mesma divisão se tentou dimensionar uma equidade de gênero e também de representatividade entre pessoal de setores distintos, distribuídos por setores técnicos, direção e cooperados para que não fosse direcionado ou monopolizado apenas por um setor específico que refletiria apenas o seu foco e não as percepções do todo da cooperativa e seus diferentes setores.

O setor de pessoal cooperado técnico é composto por pessoas capacitadas e formadas em áreas específicas ligadas as atividades de produção rural, como técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e outras funções técnicas desenvolvidas e voltadas para áreas de desenvolvimento rural. Entre as funções deste setor estão o acompanhamento do processo produtivo primário, planejamento rural e colaboração diretamente com os produtores rurais.

O setor de gestão/direção é composto por pessoal ligado às atividades de administração da Cooperativa, tendo experiência e formação específicas nas áreas de

administração e condução diretivas da Cooperativa, sendo a ponta comercial e final do processo produtivo. Entre as atribuições destas pessoas estão à condução financeira, comercial e de relação com compradores dos produtos da COOPAN.

Já o setor de produtores rurais cooperados, como o próprio nome diz, é composto pelos produtores rurais que estão na condição de cooperados da COOPAN. É, portanto, a base produtiva direta de produção de alguns itens que a Cooperativa beneficia e vende.

Para encontrar e selecionar estes setores se optou por utilizar uma dinâmica de indicação partindo de um dirigente da direção, onde posteriormente cada pessoa que respondia a entrevista indicava outra pessoa sucessivamente até conseguir alcançar a meta.

Uma importante questão metodológica é que o roteiro era o mesmo para todos os cooperados, independente da função que o mesmo possui na cooperativa.

O período das entrevistas ocorreu entre os dias 25 de março de 2013 e 15 de abril de 2013, dentro dos setores da própria Cooperativa, sempre na parte da tarde e vespertino.

A abordagem de apresentação para o entrevistado partia da apresentação do entrevistador, apresentação do número de perguntas, apresentação do tema e que as informações referentes à identificação não seriam repassadas, por isso, nem o nome estava no formulário, é somente após este roteiro se iniciava a aplicação da entrevista semiestruturada aos cooperados.

Após a conclusão das entrevistas se construiu uma tabulação dos resultados com o objetivo de subsidiar uma análise dos agentes envolvidos na Cooperativa e suas visões e compreensões sobre seus respectivos processos participativos de debate e discussão.

Os dados foram apresentados em formato de tabela com a descrição dos principais resultados obtidos em cada questão e também em alguns casos, observações pertinentes, que traziam elementos importantes para reflexão e análise.

### 3. PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Este capítulo apresentará um breve relato histórico da luta política pela participação social no Brasil e a questão da luta pela terra, como decorrência de um movimento contínuo no processo histórico brasileiro.

A participação é um conceito importantíssimo que vem ao longo da história da humanidade passando por transformações, adequações e também aprofundamento do debate a seu respeito, possuindo assim vários entendimentos, interpretações e análises, sem que se consiga construir um consenso ou padronização intelectual do que é participação e suas aplicabilidades.

Segundo Carpentier (2012) participação é um conceito que tem sido utilizado em uma ampla variedade de áreas e que obteve uma gama ainda maior de significados. Com isso, este autor reforça nossa argumentação da complexidade que devemos ter em discutir e analisar a temática e os desdobramentos sobre a palavra “participação”.

O dicionário *on line* Michaelis define a palavra participação a partir de sua etimologia: *participationee*, origem no latim, possui o significado de “ato ou efeito de participar”. Mesmo sendo muito genérico este termo nos apresenta um significado de ser atuante, ou tornar-se agente da sua própria história. A cerca disso, Mendonça (1986, p. 15) esclarece:

A despeito do fato de que muito dos conteúdos ideológicos da ideia da participação remontem às doutrinas sociais do século XIX(II), é somente a partir da 2ª guerra mundial que a ideia toma corpo, assume forma concreta e, sobretudo atrai a atenção dos interessados.

Mesmo parecendo um conceito simples que transcorre no decorrer do cotidiano das pessoas, sua essência nos remete a um debate extenso de muitas relações e fragmentações, onde os juízos de valor são introduzidos fazendo com que ocorram constantes transformações em seus resultados.

Mendonça (1986) na qualidade de um conceito central, a participação é a variável que define e indica o que e como alguns fazem algo numa dada organização. Este autor também materializa uma compreensão de heterogeneidade sobre como é entendido e interpretado como o macro conceito participação, variando conforme as correntes de pensamento da sociedade.

A participação historicamente está ligada as discussões e tomadas de decisões. Compreender que a participação é um elemento essencial para se discutir a vida em sociedade, é uma forma de encarar as relações de poder presentes na sociedade. Participar significa de alguma forma interferir ou remeter a processos importantíssimos, de discussão e debate, se tornando assim agente protagonista.

Segundo Rocha (2009 p10):

Nesta perspectiva, as mobilizações e movimentos sociais que se construíram no contexto sociopolítico brasileiro o fizeram como formas de participação política, que se diferenciam segundo as questões reivindicadas, definidas pelas condições concretas de cada época, pela experiência histórica e política dos atores protagonistas e pela maior ou menor abertura dos governantes ao diálogo e à negociação.

Segundo o Relatório da Rede Interamericana para a Democracia (RID) de 2005:

La participación tiene como fin influir, pero influir en los procesos de toma de decisiones que de alguna manera se vinculan con los intereses de los participantes y los recursos que la sociedad dispone para ello (RID, 2005).

A participação também é um fenômeno que necessita que esteja relacionada às camadas de decisão, pois ao longo da história houve inúmeros eventos que propunham uma determinada participação nos processos de discussão. Porém eram apenas eventos que propunham a participação sem atingir as camadas de decisão, levando assim muitas pessoas ao descrédito quando o assunto é participação. Esta maquiagem de participação historicamente foi desenvolvida para ceder em determinados momentos de pressão popular, porém sem perder o controle político e social da situação.

Quando entramos no debate sobre os conceitos de participação popular, temos que compreender o que é o “popular” em relação à participação.

Segundo Valla (1998, p. 9):

De forma geral, participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.).

O conceito de participação popular esbarra muitas vezes em um debate democrático e de representatividade, pois vivemos em uma humanidade onde a democracia direta ou indireta possui um peso político muito grande, utilizada para rotular nações que não seguem este ou aquele modelo de participação. Valla (1998, p. 3) argumenta:

Independentemente das posições teóricas assumidas pelos estudiosos do tema, é consensual que o termo participação popular se refere a uma concepção populacional mais ampla do que apenas o movimento sindical ou a política partidária. Neste sentido, o termo geralmente se refere às classes populares, embora possa incluir também a participação da classe média.

O amadurecimento da democracia vem ao longo dos séculos sendo muito questionado devido a conjunturas que de certa forma interferem e utilizam ferramentas para influenciar certas situações e defender determinadas opiniões. O mesmo ocorre quando se utiliza a representatividade como sendo o meio único responsável pela participação das pessoas, no momento de delegação das responsabilidades com o debate sobre os rumos.

Rocha (2009) argumenta que a gestão pública democrática possibilita o acesso dos aos processos decisórios no âmbito da sociedade política.

O protagonismo do sujeito, que participa é sem dúvida uma das grandes questões que devemos aprofundar as reflexões na busca de uma sociedade onde ocorram as transformações inerentes as vontades da população, bem como que ocorra em larga escala um estímulo á participação das pessoas na tomada de

decisão da sociedade atual e também se valorize estas decisões e se fortaleças as posteriores necessidades de operacionalização das decisões, fortalecendo assim todo o processo.

### **3.1 Breve histórico da participação popular no Brasil**

A discussão sobre participação popular no Brasil remonta a última década do século XIX (Pinheiro; Hall, 1979). Esta constatação abre caminho para entender os processos participativos no território brasileiro.

Quando mencionamos a participação no Brasil necessitamos analisar que o País viveu por muitos anos sobre regimes governamentais que não colocavam a disposição da população geral instrumentos que propunham formas de participação. Esses regimes são conhecidos como Regimes Ditatoriais.

Nestes períodos as políticas de controle governamental geravam certo ambiente de discussão e participação, mas nunca reconhecendo de fato os direitos e as vontades emitidas desta mesma população.

O Brasil foi um dos últimos países latinos americanos a se tornar independente da sua colônia europeia, que no caso era Portugal. Posteriormente a este pré-rompimento político, passou as décadas seguintes vivendo sobre um domínio de uma família monarca, herança da mesma família Real Portuguesa de outrora, o que de certa forma ainda estava ligada a Coroa.

A ruptura política se apresentou quando, influenciado por ideias de além-mar, grupos locais se apresentaram em diferentes setores e construíram uma pressão política, militar e social que resultou na derrocada da monarquia e o surgimento de uma proposta de poder republicano.

No momento que se Proclama a República (1889), justamente os grupos políticos contrários à monarquia ganham força, pois foram justamente estes grupos republicanos que mais questionaram o sistema monárquico. Surgem, assim, no seio da sociedade brasileira novas elites que buscam desempenhar papéis de sujeitos na história e pretendem discutir e participar dos debates defendendo as suas ideologias

Após este período, o Brasil embarcou numa Revolução capitaneada por Getúlio Vargas, no qual, pressionado pelas conjunturas internas e também

influenciado pela sua formação e herança positivista, inseriu direitos sociais e promoveu reformas profundas nas estruturas de Estado brasileiro. Como exemplos da política deste período têm-se o voto feminino, legislação trabalhista e a estrutura de governo organizada a partir de ministérios responsáveis por temas específicos.

Vargas também é responsável por construir uma relação de participação com a sociedade na condição de mediador das forças e concedente de políticas para as mesmas, mas sempre regulando as massas populares com políticas sociais e também segurando os setores empresariais com uma política favorável aos mesmos.

Com o suicídio de Vargas em 1954, o Brasil mergulhou em uma disputa ainda mais acirrada nos rumos da política do País. Neste momento histórico ganham força grupos políticos civis e militares que propunham uma moralização da sociedade e uma proposta de nova ordem política e democrática.

Depois de algumas tentativas iniciadas desde 1945, acumulam força e conseguem em 1964 implantar um sistema político autoritário, comandado por militares ligados a um pensamento de direita e fortemente amparados numa política internacional promovida pelos Estados Unidos da América, durante o período conhecido como Guerra Fria.

A abertura política “lenta e gradual” perdurou até o final dos anos de 1980, quando finalmente o voto democrático e direto foi estabelecido. Nunes (2006, p. 14) esclarece:

Num país onde o poder de decisão foi historicamente monopolizado pelos representantes de uma elite econômica muito restrita, a participação da população significa uma democratização desse poder.

Compreender a história do Brasil nos reforça um pensamento que o País viveu durante muitos anos governando por grupos políticos que propuseram suas ideias e foram influenciados por uma sociedade que representa interesses de classes sócias específicas e minoritárias, onde a participação se dava pela representatividade ou do poder econômico ou até mesmo do voto popular, esta grande questão se arrasta até a atualidade.

No preâmbulo da Constituição Brasileira de 1988, aparece a seguinte frase de abertura escrita pelos deputados constituintes, eleitos para debater e construir o texto constitucional;

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Neste preâmbulo escrito e assinado pelos deputados constituintes aparece claramente à questão do Estado Democrático, o que representa uma ruptura com o momento histórico que ainda era fortemente influenciado pelas forças ocultas originária do período Ditatorial Militar.

A disputa de poder, e isso também significa participação nas decisões, é uma constante em toda a história do País.

Para Scuassante (1988, p. 27):

A Constituição Federal de 1988 classificou o Brasil como um Estado Democrático de Direito, elegendo a democracia como um dos pilares desse novo modelo de Estado, distinguindo-se dos demais (liberal e social) justamente por prever a participação popular nos atos decisivos no exercício do poder.

A Constituição Brasileira de 1988 é a grande carta legal do País, assegurando que o Estado Democrático de Direito e a participação popular, garantidos como um dever do Estado.

### **3.2A Luta pela terra e a questão agrária no País**

A luta pela terra no Brasil nos remete a um passado de cinco séculos, ou seja, desde o período reivindicado pela Coroa Portuguesa no ano de 1500.

Neste período, a Coroa vivia um período de expansão marítima resultado de um acúmulo de conhecimentos e também reforçada pela necessidade que o País tinha em conseguir novas áreas de terras. Isto porque a nação portuguesa possuía uma pequena faixa territorial no oeste europeu, tendo disputas históricas com os seus únicos vizinhos continentais, a Coroa Espanhola. Restava-lhe, portanto, apenas a saída para o mar e expandir suas fronteiras, além-mar, como meio do País crescer.

Desde o início da colonização portuguesa na colônia brasileira já se percebeu uma política de acumulação e posse de grandes imensidões de terras na responsabilidade de algumas pessoas de confiança da política dominante do momento. Foram assim nas chamadas capitânicas hereditárias, que se transformaram durante o tempo.

Porém sua essência de concentração de terras e meios de produção foi ao longo dos anos se adaptando as mudanças estruturais pelas quais passou a sociedade e também o Brasil.

Após a independência do Brasil em 1822 notou-se uma guinada oficial e institucional na construção de uma política de distribuição de terras e colonização do território brasileiro. Mesmo que em período históricos anteriores houveram ações de promoção de colonização trazendo pessoas e culturas de ultramar, principalmente da Europa.

A construção de uma política institucional de colonização em larga escala ocorreu com a atração de imigrantes oriundos dos Estados Germânicos a partir do ano de 1823.

A Lei de Terras de 1850 é outro marco para uma análise sobre a colonização do território brasileiro, pois formalizou alguns instrumentos legais; como Cartas de Doação Real, ou Cartas de Dotes e Registros de Posse, que regulavam a posse, propriedade e ocupação de terras.

No mesmo processo de colonização o elemento “escravidão” também marcou muito fortemente todo o sistema colonial, explorando mão de obra de trabalhadores trazidos do continente africano e também capturados de elementos locais de nações indígenas já instaladas no território brasileiro. Com a intervenção religiosa o elemento local foi dispensado da servidão escrava, deixando apenas os

descendentes de africanos como massa a ser escravizada e explorada nas propriedades rurais.

O final do século XIX marcou definitivamente algumas rupturas importantes no sistema agrário do País.

Primeiro foi a concretização da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, da qual não mais reconhecia o sistema e a prática escravocrata no território brasileiro. Depois o fato foi a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, onde se rompeu com um dos últimos elementos colônias, a Monarquia.

Durante todo o século XX o Brasil, já República dos Estados Federativos do Brasil, tentou em alguns momentos da sua história instituir políticas governamentais para solucionar a distribuição de terras.

Ocorreram iniciativas nos governos Vargas, Juscelino, João Goulart e até mesmo durante o regime militar, mas estas políticas eram apenas paliativas frente ao problema estrutural e histórico da distribuição de terras, bem como de sua posse e propriedade.

Esta conjuntura de políticas superficiais, associada ao grande crescimento vegetativo que a população brasileira vinha tendo nas décadas de 1940 e 1970, acrescidos de um aumento da expectativa de vida das pessoas, e também um endividamento principalmente das populações rurais, gerou um ambiente propício para surgimento de organizações que reivindicavam melhorias nas condições do campo.

O Norte do Rio Grande do Sul foi uma das regiões onde esta conjuntura concretizou e se fortaleceu. É justamente neste território que movimentos camponeses organizados começam a se fortalecer e reivindicar suas pautas no final da década de 1970.

No livro sobre Pretto, Backese Araujo (2009, p.43) descrevem o período da seguinte maneira:

No final da década de 1970 começam as mobilizações de luta pela terra no RS. As primeiras ocupações foram as da Fazenda Macali e Brilhante, mas o movimento deu um passo adiante mesmo foi no movimento da Encruzilhada Natalino. Com este nome ficou conhecido o movimento de apoio a um acampamento de trabalhadores sem-terra que se formou na entrada da Fazenda Annoni, em 1981, no município de Ronda Alta. Este é considerado um momento histórico marcante, quando a luta se amplia e ganha visibilidade e apoio junto à sociedade.

Com todos estes elementos colocados, grande quantidade de pessoas, pouca terras, endividamento dos agricultores e uma conjuntura política de ruptura política nacional, se forma uma das maiores organizações sociais brasileiras: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Além das conjunturas descritas anteriormente, setores da Igreja Católica também tiveram papel importantíssimo neste processo de luta pela terra. Medeiros (2010, p 126), descreve a relação Igreja Católica com a luta pela terra:

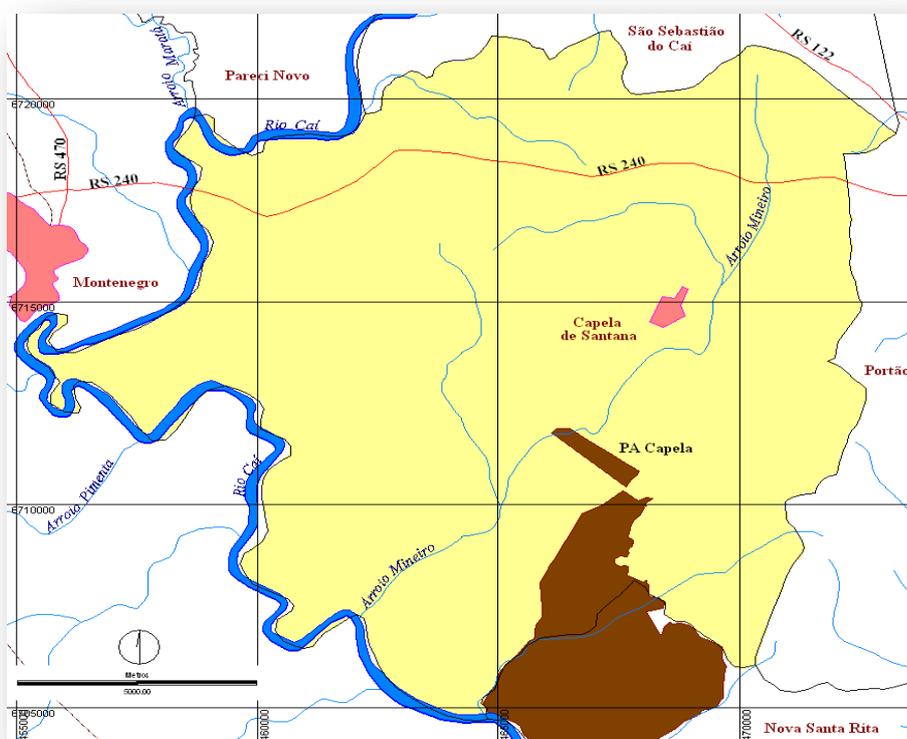
Nos anos de 1970, segmentos da Igreja Católica que aderiram à Teologia da Libertação começaram também a promover a socialização de direitos com seu trabalho pastoral, e Comunidades Eclesiais de Base, em especial em áreas onde não havia sindicatos ou, se havia, não se dispunham a estimular a organização dos trabalhadores. Além de operar com noções de direitos referenciadas na lei, a Igreja atualizou a leitura bíblica nas lutas por terra, criando uma teologia especial que não só transformava o acesso à terra para trabalho em um direito, como remetia essas lutas à caminhada do povo hebreu em busca da Terra Prometida. Foi também nesse espaço que passou a ser feita a crítica à posição assistencialista dos sindicatos, chamando a atenção para a necessidade de renovar suas práticas. Com isso, foi estimulada a criação das chamadas oposições sindicais, portadoras de concepções distintas sobre o modo de agir sindical, baseadas na valorização da participação e organização dos trabalhadores e de suas organizações.

O MST é símbolo que representa a luta agrária, não só pela execução de uma reforma agrária no Brasil, mas também na condução de um novo projeto de desenvolvimento nacional e na construção de uma nova sociedade.

## 4. ASSENTAMENTO CAPELA

O Assentamento Capela (fig. 1) originou-se do processo de reforma agrária no Brasil. Está localizado no Município de Nova Santa Rita, situado a 25 km de Porto Alegre, na região metropolitana.

**Figura 1** - Localização do Assentamento Capela no Município de Nova Santa Rita, RS

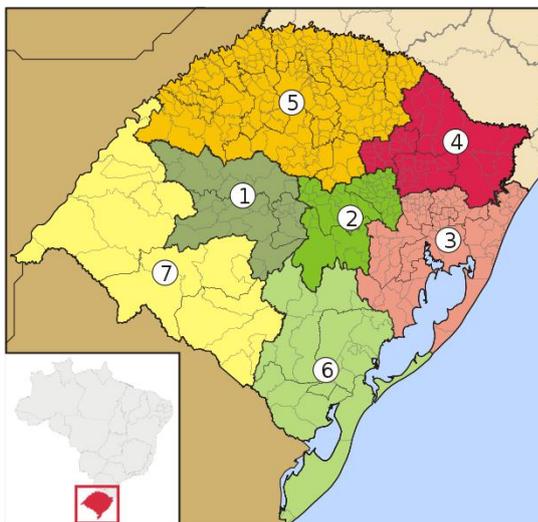


Fonte: INCRA, 2007, p.10.

Foi constituído inicialmente por 100 famílias de produtores rurais oriundos principalmente da região Norte do Estado, justamente a mesma região das grandes

lutas pela terra. A Região Norte do Rio Grande do Sul está ilustrada na cor amarela no mapa abaixo, sob o número 5 (fig. 2).

**Figura 2-** Mapa das Regiões do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul\\_Mesoregions.svg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:RioGrandedoSul_Mesoregions.svg)

Esta região possui um significado muito grande para a luta pela Reforma Agrária no Brasil, pois é berço de germinação do MST e de inúmeros militantes e lideranças nacionais no debate e na luta pela reforma agrária no País, tais como Adão Pretto, deputado estadual e federal por vários anos, e Dionilso Marcon, deputado federal e que inclusive é assentado no Assentamento da Reforma Agrária Capela, também cooperado da COOPAN.

Inicialmente o local da instalação do Assentamento Capela havia sido planejado para servir a um grandioso projeto de produção de cana de açúcar, dentro do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) <sup>1</sup>, financiado a partir de recursos oriundos do Governo Federal. Leite e Leal (2007, p12) explicam que:

O etanol vem sendo usado como combustível no Brasil desde os anos 1920, mas foi somente com o advento do Proálcool, em novembro de 1975, que seu papel ficou claramente definido a longo

<sup>1</sup> A política de difusão da cultura do álcool através do Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL) buscou construir uma alternativa nacional para enfrentar os constantes problemas internacionais na produção de Petróleo durante a década de 1960. A grande publicidade que o PROÁLCOOL teve do Governo Federal, o apresentou como um meio do país se tornar imune a problemas internacionais.

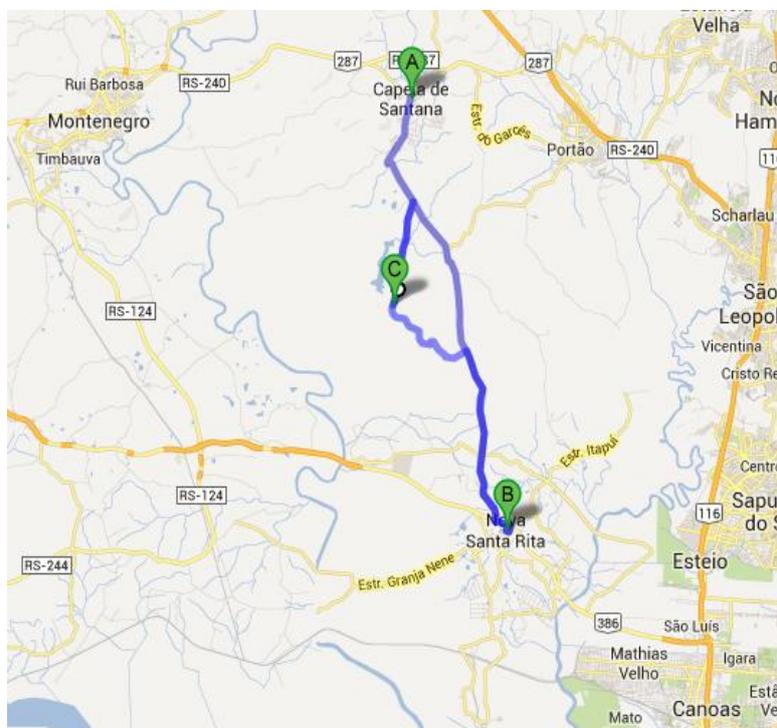
prazo, permitindo que o setor privado investisse maciçamente no aumento de produção. A motivação do governo para lançar o Proálcool foi o peso devastador da conta petróleo na balança de pagamentos do país, que importava na época mais de 80% do petróleo que consumia.

Além deste fato de antigo pertencimento, a área do Assentamento ficava na divisa dos municípios de Capela de Santana e Nova Santa Rita, distante das sedes urbanas dos dois municípios e também dos precários serviços que eles dispunham.

Como a localização do Assentamento era ruim, seu acesso às estradas RS 240 (aproximadamente 15 km) e BR 386 (aproximadamente 6 km) eram feito por precárias estradas vicinais dificultando assim o acesso e a logística do Assentamento.

Esta dificuldade inicial se transformou ao longo do tempo em vantagem enquanto fator logístico, pois a produção do Assentamento teria duas vias para escoamento(fig. 3).

**Figura 3-** Estradas de Acesso a COOPAN



Legenda:

**A** - Capela de Santana; **B** - Nova Santa Rita; **C** - Assentamento Capela

O Assentamento Capela nasceu com 2.027 hectares de terras para 100 famílias, segundo o Relatório Anual de 2013 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O mesmo Relatório aponta algumas informações importantes como a aquisição da terra finalizada em 21/01/1994 e a criação do Assentamento Capela datada de 05/05/1994.

O novo Assentamento da Reforma Agrária se somava a outro instalado em 1988, chamado de Itapuí/Meridional, de 80 famílias e 1.001 hectares de terras, também localizado no território de Nova Santa Rita.

A instalação de um novo assentamento rural, em um jovem município, pois Nova Santa Rita conseguiu sua emancipação apenas em 1992 de Canoas, representou um fato de extrema importância e impacto para a cidade, gerando e fomentando conflitos na sociedade da época.

A região foi colonizada desde o século XVIII por imigrantes portugueses que naquela região território instalaram suas grandes sesmarias. Esta mudança de modelo de colonização ocorreu em virtude do estabelecimento de novas famílias especialmente portuguesas, trazidas com o intuito de ocupar a área, principalmente áreas próximas ao Rio Jacuí. É o que explica Rocha (2007, p.12):

Em 1742, casais de açorianos iniciaram a construção de uma vila que viria ser Porto Alegre, primeiramente chamada de Porto dos Casais. Antes de tornar-se a sede do governo, Porto Alegre foi antecedida pelo município de Viamão. Aos poucos, o território começou a ser demarcado e apropriado individualmente por meio das cartas de datas e das cartas de sesmarias. A extensão territorial se expandiu por volta de 1750, em direção à Bacia do Jacuí, sendo essas terras asseguradas militarmente.

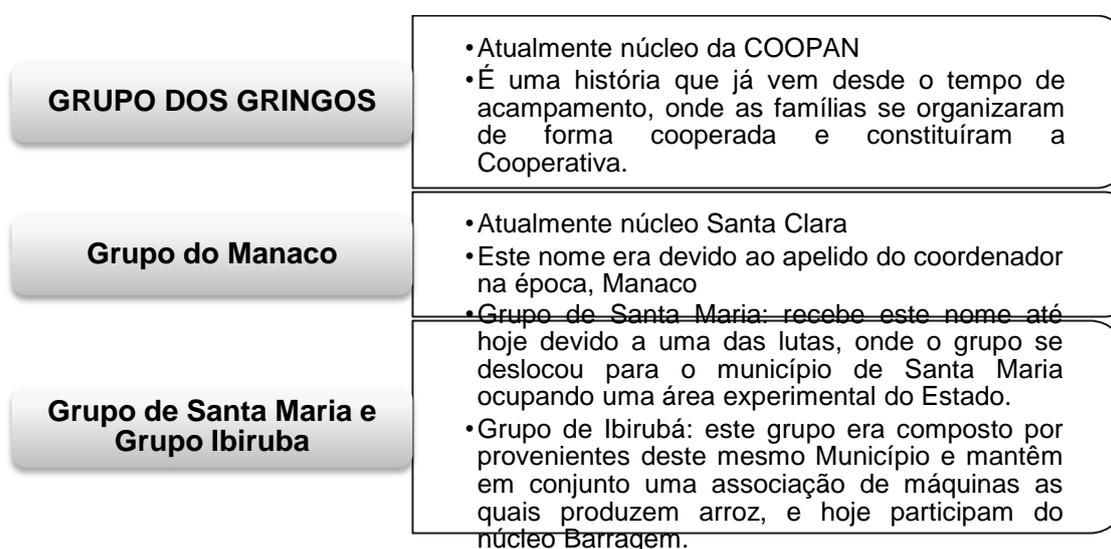
No momento que são instalados inúmeras famílias em uma pequena área de terras, percebe-se a ruptura do modo de produção e da concentração dos meios de produção. Segundo Marx (2001, p.31):

Os meios de produção são o conjunto formado por meios de trabalho e objetos de trabalho - ou tudo aquilo que medeia a relação entre o trabalho humano e a natureza, no processo de transformação da própria natureza

Quando Marx (2001) aponta os meios de produção, estamos falando na terra enquanto um meio que produz alimentos, mas ao mesmo tempo representa um poder de posse.

Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Capela de 2010, as pessoas que originaram o Assentamento Capela se organizavam por grupos, conforme esquema apresentado a seguir (fig.4).

**Figura 4 - Organização por Grupos no Assentamento Capela**



Fonte: COOPTEC, 2010, p. 27.

#### 4.1 A Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita

O Assentamento Capela e posterior a criação da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) são resultados de um emergente processo de transformações e pressões pelas quais a sociedade e a política nacional estavam passando e propiciaram um ambiente propício para a instalação de Assentamentos Rurais promovidos pelo Governo Federal.

Além destas questões, estes homens, mulheres e crianças passaram durante anos por muitas dificuldades e foram preparados para enfrentá-las coletivamente, o que justifica a proposta de produção coletivamente implementada na COOPAN, onde as

famílias possuem a posse da terra coletiva, não sendo possível lotear ou demarcar cada área como sendo propriedade de algum integrante individuo.

Segundo Marx (2001, p. 94):

O trabalho é a fonte de toda a riqueza e de toda a cultura, e como o trabalho útil só é possível na sociedade e pela sociedade, o produto do trabalho pertence integralmente, por direito igual, a todos os membros da sociedade.

Até hoje a proposta de produção da Cooperativa segue a lógica de propriedade coletiva, onde a coletividade e todos os trabalhadores rurais cooperados são donos e interagem com o bem de produção.

Atualmente, a COOPAN se destaca com a produção de arroz orgânico, utilizando técnicas de manejo modernas que conseguem bons resultados e qualidade na produção.

Como a produção possui o selo de Certificação Orgânico (fig.5) em produtos como o Arroz (fig.6), o valor de venda agrega valor devido ao método.

Segundo O Manual de Aplicação do Selo Oficial para Produtos Orgânicos (2009. p 04),O objetivo deste manual é estabelecer critérios para a utilização do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – “Produto Orgânico Brasil”.

**Figura 5** - Selo Nacional de Certificação de Produto Orgânico



Fonte: [www.organicsnet.com.br](http://www.organicsnet.com.br)

**Figura 6** - Embalagem do Arroz Orgânico utilizada pela COOPAN



Fonte: [www.coopanrs.com.br](http://www.coopanrs.com.br)

**Figura 07** - Cartaz Confraternização dos 19 anos da COOPAN;

**GRANDE FESTA**

**19 ANOS DA COOPAN**  
*Alimentando um mundo mais Saudável!*

**DIA 5 DE MAIO DE 2013**

*Venha na COOPAN  
confraternizar pelos frutos  
que colhemos*

**Programação:**  
09:00 h – Recepção  
11:30 h – Ato de acolhimento  
12:30 às 14:30 h – Churrasco, pão, cuca,  
salada e arroz ecológico  
15:00 às 19:00 h – Reunião dançante com música ao vivo

**Valor do almoço:**  
- Adulto: R\$ 15,00  
- Crianças até 10 anos: R\$ 8,00  
- Dbs:  
- Traze: talheres  
- Após o almoço, apresentação de artistas populares  
- Sorteio de brindes !!!

**Informações e reservas:** Fone: (51) 3501.2138  
Site: [www.coopanrs.com.br](http://www.coopanrs.com.br)  
E-mail: [coopan@coopanrs.com.br](mailto:coopan@coopanrs.com.br)

Fonte: [www.deputadomarcon.com.br](http://www.deputadomarcon.com.br)

## **5. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A presente pesquisa utilizou-se de um roteiro para obter dados e informações a respeito do processo participativo que existe dentro da COOPAN.

Por intermédio das entrevistas aos 11 cooperados foi construído um quadro demonstrativo com as respostas obtidas por intermédio das entrevistas. Isso foi essencial para se entender o processo de participação, suas interpretações sobre os processos, e um diálogo de como estes cooperados conhecem as instâncias e os processos de participação.

Para isso, foi organizado um quadro síntese (quadro 01) por categorias de análise, que apresenta a série de perguntas apresentadas de acordo com o roteiro. Ao lado de cada categoria foram transcritas as respostas mais importantes colhidas durante as entrevistas.

**Quadro 1-Síntese das entrevistas por categoria**

<b>01 - PERFIL DOS ENTREVISTADOS</b>	
1. Faixa Etária	O grupo entrevista é composto por duas gerações, onde apenas duas pessoas possuem menos de 23 anos, o restante do grupo é composto por integrantes entre 37 e 48 anos.
2. Gênero	São quatro pessoas do sexo masculino e sete do feminino
3. Quem reside com você na sua residência?	A grande maioria das pessoas convive em casa com quatro integrantes, geralmente irmãos, ou filhos.
4. Desde quando você participa do MST?	Com exceção dos dois jovens, o restante dos entrevistados entrou para o MST entre 1988 e 1989.
5. Qual sua cidade de origem?	Não há homogeneidade na cidade, mas sim na região, todos da região vizinha ao município de Sarandi, no norte do Estado.
6. Ocupação antes de entrar no movimento?	A origem de todos é de pequenos agricultores
7. Como entrou no MST?	Todos entraram via organizações sociais; foram citadas Sindicato Rural, Igreja Católica, Associação de Pequenos Agricultores.
8. Antes da COOPAN, você já participou de alguma outra cooperativa?	Em todos os entrevistados a COOPAN foi a primeira cooperativa.

<b>02 - PARTICIPAÇÃO</b>	
1. Você acredita ser importante que haja participação nas decisões tomadas pela Cooperativa? Justifique:	Todos os entrevistados concordaram com a importância da participação para as decisões.
2. Você acredita em métodos de discussões participativas? Justifique	Também a resposta foi sim para todos os casos.
3. Quais são as Câmaras/Setores de discussão dentro da Cooperativa?	Todos os entrevistados sabem os setores de discussão e apresentaram em ordem as Câmaras de debate.
4. Qual a periodicidade das Reuniões/Encontros? É o suficiente? Como você é informado?	A periodicidade é totalmente dependem da necessidade de pauta, porém a maioria apontou que necessitariam mais encontros para reuniões. A informação foi apontada como disseminada pelas lideranças dos setores.
5. Que tipo de processo participativo são feitos nas reuniões/encontros?	Os processos mais lembrados foram por ordem; Assembleia Geral; Reunião de Setores
6. Como funciona o debate sobre a apresentação de novas pautas/proposições?	As pautas são encaminhadas pelos cooperados através das lideranças, que as convocam no coletivo quando são essenciais.
7. A participação das pessoas nas reuniões/encontros ajuda ou atrapalha? Em que momento ajuda? Em que momento atrapalha?	Todos mencionaram que a participação ajuda. Ajuda na maioria das repostas quando a pessoa opina e participa ativamente. Atrapalha, na opinião da maioria das respostas quando a pessoa não sabe o que esta falando, e fala sem pensar.
8. Descreva os espaços de discussão da Cooperativa:	Também neste item, todos responderam e apresentaram confirmando o conhecimento.
9. Existem limitações para a sua ou para o grupo participar?	Todos integrantes apontaram que não há limitações

Analisando os dados fornecidos pelas entrevistas, chegaram-se aos seguintes resultados primários:

a) A geração do Grupo dos Gringos que constituiu a COOPAN foi formada por pessoas de idades próximas (37 a 48 anos), o que reforça a relação de identidade do grupo por perfil etário. Os dois casos que responderam o formulário e não se enquadram nesta faixa são descendentes herdeiros de assentados da faixa predominante entre 37 e 48 anos.

b) Enquanto elemento de equidade de gênero buscou-se uma proximidade de equiparidade para não que fosse colhida apenas interpretações deste ou daquele gênero envolvido na Cooperativa, a fim de afirmar a importância e o respeito às opiniões de ambos os gêneros.

Como a pesquisa foi realizada em abril de 2013, justamente no período da colheita da safra de arroz orgânico, muitos trabalhadores do sexo masculino estavam envolvidos na pilotagem dos equipamentos motorizados (tratores, colheitadeiras, caminhões) no campo de colheita, uma área de difícil acesso por se tratar de várzeas alagadas. Na Cooperativa esta tarefa é quase que exclusivamente feita por homens. E a cargo das atividades das mulheres, ficam trabalhos administrativos, na ciranda, no abatedouro, que merece uma ressalva, pois só encontrei mulheres trabalhando nos momentos em que estive lá realizando a pesquisa. Esta divisão de tarefa por gênero, ainda esta muito presente na realidade da cooperativa.

c) A composição familiar segue a “lógica familiar”, com famílias constituídas de esposa/esposo e filhos (as).

d) Enquanto elemento de entrada no MST, a maioria entrou nos anos de 1988 e 1989, justamente no mesmo momento que ganhava força a luta pela terra na região Norte do Estado, ou seja, reforçasse o entendimento da conjuntura local de que o ambiente rural naquele momento propiciou um grande movimento e aceitação das lutas pela terra.

e) Enquanto agentes e instituições que estimulavam a luta pela terra, percebemos que as respostas dos entrevistados são as mesmas que já havíamos citados no texto, quando da história da Luta pela terra, no caso Igreja Católica e Sindicatos.

Questões relacionadas à participação.

f) Quando adentramos nas questões sobre Participação, percebemos que há unanimidade quando o assunto é participação dos cooperados e que a mesma é tida como muito importante nas decisões sobre a Cooperativa, inclusive, quando relacionada à questão em que momento o cooperado atrapalha, a resposta de mais de 2/3 foi quando não participa.

O significado da participação para a COOPAN e seus cooperados nos remete a sua história e suas lutas, e este sentimento de participação é presente no imaginário das pessoas.

g) Quando a pergunta se refere às informações a respeito da estrutura organizacional e os fóruns de discussão percebe-se que há uma compreensão do significado de participar e de compreender estes fóruns e ambientes de debate.

h) Na questão da apresentação de novas pautas novamente percebe-se que os cooperados sabem os momentos e os caminhos de como encaminhar as propostas de pautas.

i) Enquanto espaços de discussão, o mais citado é a Assembleia Geral que ocorre no mínimo uma vez ao ano, e é a instância de discussão máxima e onde se apresenta e debate os rumos da cooperativa.

j) Quando o assunto se refere a limitações na participação, foi unânime a resposta que não há limitação alguma.

k) Uma das questões mais importantes para esta pesquisa foi a pergunta que se referia a periodicidade. Este ponto foi sem dúvida o mais confuso e também discordante. Quando separado por setores, de direção e de técnico responderam que haveria a necessidade de maior debate e reuniões de realinhamento, enquanto que os trabalhadores rurais cooperados apontam que está bom a quantidade de reuniões. Não é possível estabelecer uma discussão mais profunda nem sobre esta resposta e interpretação, mas o que se percebe é que os setores de direção e técnico necessitam de um maior número de informações para que se consiga estabelecer continuamente um planejamento de ações e operações, e para isso necessitam propor mais reuniões entre os setores.

A COOPAN possui uma proposta de discussão que reproduz uma metodologia Sistêmica, onde os setores dialogam e fazem com que a Cooperativa trabalhe em constante relacionamento.

### **5.1 Participação na COOPAN**

De posse destes dados e informações é possível compreender melhor como ocorrem os processos de participação dos cooperados dentro da COOPAN.

A participação dos cooperados nas decisões, ocorrem de forma representativa, onde as sugestões são passadas em reuniões periódicas dentro de cada setor e o representante deste setores comparece nas reuniões gerais da cooperativa, que são convocadas pelos coordenadores sempre que necessário ou no mínimo uma vez por mês.

A questão da representatividade nas decisões cotidianas foi analisada pelos pesquisados como uma questão normal, pois há em todos os setores aquelas pessoas que de alguma forma são reconhecidas como lideranças.

De acordo com as pesquisas e relatos colhidos entre os cooperados, há três níveis de fóruns e espaços de discussão.

- 1) – Fórum do Setor, geralmente ocorrem reuniões com periodicidade semanal, ou sempre que houver uma necessidade eminente, neste fórum são discutidas as pautas do cotidiano que dizem respeito apenas ao setor em questão;  
Participam os integrantes dos setores em questão, e quando requisitado um Coordenador ou integrante da Direção;
- 2) - Fórum dos Coordenadores, geralmente ocorrem reuniões com periodicidade mensal, ou sempre que houver uma necessidade iminente, neste fórum são discutidas as pautas que dizem respeito ao conjunto da cooperativa.  
Participam os líderes representantes dos setores;
- 3) - Assembleia Geral, é a instância máxima de discussão, onde os assuntos gerais, estratégicos, prestações de conta são apresentados e discutidos.

Participam todos os integrantes cooperados da COOPAN.

Uma questão que se nota presente na COOPAN é a relação e preocupação com a participação e opinião dos cooperados.

Na totalidade das entrevistas a questão da participação sempre foi tratada como de fundamental importância para o desenvolvimento da cooperativa e muita desta relação se deve a toda esta origem que os mesmos tiveram e a forma que sobreviveu.

Estes processos de participação sejam nos fóruns de setores ou coordenadores dialogam no que diz respeito a uma estrutura participativa de discussão e tomada de decisão.

## 6. CONCLUSÃO

Esta pesquisa conseguiu elencar informações e apresentar, de uma forma global, como é constituído o processo de participação dentro da COOPAN, partindo de um pressuposto conjuntural que é a origem, a formação e o histórico dos agentes cooperados e chegando através dos resultados colhidos numa análise sobre o funcionamento do processo participativo presentes dentro da cooperativa.

É gratificante poder pesquisar sobre uma cooperativa aonde a proposta de trabalho vem carregada de uma história de luta e de conquistas na questão agrária. Esta história enriqueceu todo o trabalho, pois possibilitou compreender como foi o processo de constituição da cooperativa partindo da luta pela terra e sua posterior conquista, chegando ao estabelecimento de uma cooperativa agropecuária e sua manutenção enquanto negócio que é o meio de sustento de toda aquela comunidade.

Durante o trabalho, conseguiu-se aprofundar um pouco a respeito de sobre a trajetória destes agricultores, que sobreviveram até a chegada à terra e, posteriormente, formaram a COOPAN.

Pude perceber ainda que esta importante vivência gerou um espírito de cooperação e participação plena no grupo, e esta questão da discussão e do debate são características que o grupo carregadas desde sua formação enquanto acampados em barracas e continua presente até os dias de hoje, o que torna a participação uma identidade coletiva dos cooperados.

Diferente de uma empresa e até mesmo de uma cooperativa nos moldes agroindustriais tradicionais, a COOPAN possui um organograma estruturado que respeita as decisões originárias da base e as conduz para as câmaras de discussão (setor, coordenação e Assembleia Geral). Mesmo assim, é perceptível que as propostas saem geralmente das mesmas pessoas, seja pela liderança que as mesmas exercem, seja pela qualificação e o conhecimento que acumularam na vida.

Durante a pesquisa como não era uma proposta de estudo, a questão da liderança não foi desenvolvida, pois o objetivo da análise era focar na

coletividade e no modelo adotado pela COOPAN para conseguir se manter enquanto cooperativa. Mesmo assim, se faz necessário perceber que esta questão influencia diretamente na condução da cooperativa.

Uma importante questão percebida durante o desenvolvimento da pesquisa foi a compreensão e visão de mundo que todas as pessoas com quem tive contato na COOPAN possuem sobre a construção de propostas de desenvolvimento rural. Esta visão fortalece o conceito da participação dos sujeitos e também coloca na coletividade uma grande responsabilidade do processo.

Muito da percepção dos cooperados da COOPAN é recorrente a formação destes trabalhadores antes mesmo da entrada no MST, uma vez que, possuem a origem em famílias de pequenos agricultores.

Pensar em processo de desenvolvimento rural sustentáveis, como o que ocorre na COOPAN, onde a sustentabilidade do empreendimento não se detém apenas no financeiro, mas sim, extrapola para sustentabilidade ambiental, da relação entre as pessoas, ou social e produtiva é sem dúvida um desafio para qualquer analista.

A COOPAN não é simplesmente um caso a ser estudado, mas sim uma proposta que deve ser compreendida, pois representa um modelo diferenciado de produção, justamente de um grupo de pequenos agricultores oriundos de uma política de assentamento da Reforma Agrária e que com apoio e organização conseguiram se manter e adentrar com seus produtos em mercados disputadíssimos e diferenciados como o mercado dos orgânicos.

Estudar o caso da COOPAN é uma tarefa que ainda necessita de muitos outros estudos e análises, pois, seu modelo de cooperativismo e sua visão de planejamento estratégico a tornam uma referência enquanto modelo de desenvolvimento, reconhecida pelo INCRA e símbolo panfletado nacionalmente pelo MST.

Enquanto planejamos ficou perceptível que a COOPAN enquanto cooperativa reconhece o seu papel e na sua representatividade, por isso, constrói um planejamento estratégico participativo, buscando expandir seu mercado de atuação e também fortalecer os laços e suas relações interpessoais e comerciais.

Enquanto grupo originário de acampamentos de luta por Reforma Agrária do MST, percebeu-se durante o trabalho que muito da questão ideológica e de organização ainda está presente no grupo de cooperados da COOPAN.

Não esquecer suas origens, nem sua organização social, nem o propósito de sua luta é a grande marca que acredito que está presente nos processos participativos implementados pela COOPAN.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília : Mapa/ACS,2009.14 p

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília : FIPE/IPEA, 1999.

ABRAMOVAY, R. (Coord.) et al. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília:UNESCO, 1998.

ARAUJO, Sílvia M. P. de. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação**. Curitiba: Projeto, 1982.

BACKES, Ana Luiza; ARAUJO, José Cordeiro de (Org.). **ADÃO PRETTO**.Brasília: Edições da Câmara, 2010. 311 p.

BRASIL. Constituição da Republica Federativa do Brasil : Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 44/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº1 a 6/94 – Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. 438 p.

BROSE, Markus. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. 451 p.

CAMPOS, Ginez Leopoldo Rodrigues de. **Cooperativismo agrário e integração econômica: a agricultura familiar no Mercosul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 1998. 151 p.

CARPENTIER, Nico. O conceito de participação. Se eles têm acesso e interação, eles participam de fato? **Fronteiras: Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, n. 02, p.164-177, 01 maio 2012. Quadrimestre. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/revistas/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.142.10>>. Acesso em: 01 maio 2013.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe and BRUSTLEIN, Violette. **Atlas dos beneficiários da reforma agrária**.*Estud. av.* [online]. 1997, vol.11, n.31, pp. 51-68. ISSN 0103-4014.

ENG ° AGRÔNOMO PAULO FREIRE MELLO (Org.). Relatório Ambiental do Projeto do Assentamento Capela. Porto Alegre, 2007. 95 p. Disponível em: <[http://www.coptec.org.br/mapa/Nova%20Santa%20Rita/PA%20Capela/Relat%F3rio%20Ambiental/Relatorio\\_PA\\_Capela.pdf](http://www.coptec.org.br/mapa/Nova%20Santa%20Rita/PA%20Capela/Relat%F3rio%20Ambiental/Relatorio_PA_Capela.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2013.

GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel (Org.). **Organização Social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 96 p.

GOHN, Maria da Gloria. Os Sem-Terra e os desafios da participação popular no meio rural brasileiro: Ação política e imagem neste final de Milênio. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p.191-215, jan/jun 1998.

INSTITUTO ECOLÓGICA. **Cartilha de Associativismo e Cooperativismo, 2007.** <http://www.ecologica.org.br/index.php>. Acessado em 24/03/13.

Manual de aplicação do selo oficial para produtos orgânicos / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. 230 p

LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira; LEAL, Manoel Régis L. V.. Biocombustível no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. , p.1-13, 01 jul. 2007. Mensal. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000200003&script=sci_arttext)>. Acesso em: 03 maio 2013.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&pm, 2001.

MIGUEL, Lovois Andrade; ANDRADE, Marinês Zandavalide. **Agricultura na região metropolitana de Porto Alegre: aspectos históricos e contemporâneos.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

MENDONÇA, Luis Eduardo Carvalheira de. **Participação na Organização: Uma Introdução a seus fundamentos, conceitos e formas.** 1986. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública, Departamento de Escola Brasileira de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

NAVARRO, Zander. Democracia e controle social de fundos públicos - o caso do 'orçamento participativo' de Porto Alegre (Brasil). In: BRESSER PREREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (Orgs.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NUNES, Débora. **Por uma pedagogia da participação popular. In: Organizações e Sociedade.** v. 6, n.16. Salvador: EAUFBA, 2006;

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 185-206. ISSN 0103-4014

OLIVEIRA, Nestor Braz de. **Cooperativismo: Guia Prático.** 2. ed. Porto Alegre: Organização Das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, 1984. 303 p.

PINTO, Anna Florência de Carvalho Martins. **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO:.** Belo Horizonte: PUC , 2010.

RID - Rede Interamericana de Democracia. Índice de Participação Cidadã. Relatório Regional. Buenos Aires, Setembro. Disponível na WorldWide Web: <http://www.redinter.org/programas/indice/43622>, 2005

ROCHA, Santa Inezé (org). **Açorianos no Rio Grande do Sul – Brasil.** Porto Alegre: Caravela, 2007.

ROCHA, Roberto. A GESTÃO DESCENTRALIZADA E PARTICIPATIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luiz, n. , p.1-30, 01 nov. 2009. Mensal. Disponível em: <[http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=318&catid=72&Itemid=114](http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318&catid=72&Itemid=114)>. Acesso em: 01 abr. 2013.

ROSA, Marcelo Carvalho. **Sem-Terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva no Brasil**. *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp. 197-227. ISSN 0102-6445

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura familiar e industrialização**: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 205 p.

SCUASSANTE, Priscyla Mathias. A participação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, garante efetivamente a realização do Estado Democrático de Direito?. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 70, nov2009. Disponível em: <[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=6652](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6652)>. Acesso em abr 2013.

SIMAN, Renildes Fortunato. Capital social e instituições nas performances dos assentamentos de reforma agrária do Rio Grande do Sul. 2009. 192 f. Tese (Doutorado) - UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SPAROVEK, G. A qualidade dos assentamentos da reforma brasileira. Brasília: MDA/FAO, 2003.

STEDILE, J.P (org) A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes. 1997

VALLA, Victor Vicent. Sobre Participação popular: uma questão de perspectiva. **CadSáude Pública**, Rio de Janeiro, p.07-18, 18 jul. 1998.

VASCONCELLOS, Pedro Azevedo; ABREU, Wagner Coriolano de (Org.). **10 anos de Fórum Social Mundial**: Diálogos com a diversidade. São Leopoldo: Editora da UPF, 2011. 60 p.

### Sítios Eletrônicos visitados

<http://oglobo.globo.com/economia/historia-do-alcool-no-mercado-automotivo-em-imagens-5355480>

[www.capeladesantana.rs.gov.br](http://www.capeladesantana.rs.gov.br)

[www.novasantarita.rs.gov.br](http://www.novasantarita.rs.gov.br)

[www.daer.rs.gov.br](http://www.daer.rs.gov.br)

[www.emater.tche.br](http://www.emater.tche.br)

<http://www.rexlab.ufsc.br:8080/more/>

[www.embrapa.gov.br](http://www.embrapa.gov.br)

[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)

[www.lune.ufrgs.br](http://www.lune.ufrgs.br)

[www.coopanrs.com.br](http://www.coopanrs.com.br)

[www.coptec.org.br](http://www.coptec.org.br)

[www.fee.tche.br](http://www.fee.tche.br)

[www.mpa.org.br](http://www.mpa.org.br)

[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

## APENDICE 01

### Roteiro de Entrevista

#### I - PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1. Faixa etária, M/F,
2. Formação/profissão/cursos
3. Quem reside com você na sua residência?
4. Desde quando você participa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST  
Cidade de origem  
Ocupações antes de entrar no movimento  
Quando entrou  
Como entro no MST?
5. Antes da COOPAN, você já participou de alguma outra cooperativa?

#### II - PARTICIPAÇÃO

1. Você acredita ser importante que haja participação nas decisões tomadas pela Cooperativa? Justifique.
2. Você acredita em métodos de discussão participativa? Justifique
3. Quais são as Câmaras/Setores de discussão e decisão dentro da Cooperativa?
4. Qual a periodicidade das Reuniões/Encontros? É o suficiente? Como você é informado?
5. Que tipo de processos participativos são feitos nas Reuniões/Encontros?
6. Como funciona o debate sobre a apresentação de novas pautas/proposições?
7. A participação das pessoas nas reuniões/encontros ajuda ou atrapalha nos rumos da Cooperativa. Em que momentos ajuda? Em que momentos atrapalham? Explique
8. Descreva os espaços de discussão da Cooperativa:
9. Existem limitações para a sua / para o grupo participação.